

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.647 - MG (2019/0158966-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **JOSE EUSTAQUIO DE LIMA**  
**AGRAVANTE** : **MARGARETE MARIA DE VASCONCELLOS LIMA**  
**ADVOGADO** : **MARCO AURÉLIO DA SILVA VIANA - MG020177**  
**AGRAVADO** : **MARCUS TADEU BARBOSA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **LUCIANA MARIA BARROTE - MG064547**  
**SIMONE DE ANDRADE NEVES - MG104793**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 489, I E II, DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de cobrança.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOSE EUSTAQUIO DE LIMA e MARGARETE MARIA DE VASCONCELLOS LIMA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de cobrança, ajuizada por MARCUS TADEU BARBOSA SILVA, em face dos agravantes, devido ao inadimplemento de contrato particular

de permuta celebrado entre as partes, na qual pleiteia o recebimento da quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**Sentença:** julgou procedente o pedido, para condenar os agravantes a pagar ao agravado a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA -JULGAMENTO EXTRA PETITA - INOCORRÊNCIA - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO - REJEIÇÃO - APLICAÇÃO DO PRAZO DECENAL DO ART. 205, DO CCB/2002 - CONTRATO DE PERMUTA - RESCISÃO POR CULPA DOS RÉUS - COMPROVAÇÃO - DEVOLUÇÃO INTEGRAL DA TORNA.

- A Sentença não se caracteriza como extra petita quando o julgamento se ajusta à causa de pedir e à pretensão da parte Autora.

- O prazo para pleitear o ressarcimento decorrente de inadimplemento contratual não é o de três anos, previsto no art. 206, IV, do CCB/2002, mas o de 10 (dez) anos, do art. 205, do mesmo Codex.

- Se a rescisão do contrato de permuta ocorreu por culpa exclusiva dos Réus, é devida ao Autor a restituição integral das parcelas pagas, sem nenhum abatimento. (e-STJ Fl. 249)

**Embargos de declaração:** interpostos pelos agravantes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alegam violação dos arts. 139, I, e 489, I e II, do CPC/15; 206, § 3º, IV, 396, 475 e 884 do CC; 267, IV, do CPC/73, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustentam a impossibilidade jurídica do pedido e a falta de interesse de agir do agravado, de modo que o presente processo deve ser extinto sem julgamento de mérito. Afirmam que a manutenção do acórdão recorrido acarretará no enriquecimento sem causa do agravado. Aduzem ser aplicável o prazo prescricional trienal à espécie, de maneira que a pretensão do agravado encontra-se fulminada pela prescrição.

Relatado o processo, decide-se.

**- Julgamento: CPC/15**

**- Da violação do art. 489, I e II, do CPC/15**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, I e II, do CPC/15.

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelos agravantes não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 139, I, do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 139, I, do CPC/15; 396 do CC e 267, IV, do CPC/73, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

**- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao inadimplemento contratual dos agravantes, bem como em relação à devolução integral do valor pago pelo agravado, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Outrossim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inoccorrência de prescrição da pretensão do agravado, também exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela mencionada súmula.

**- Da divergência jurisprudencial**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois fixados no patamar máximo na origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora